

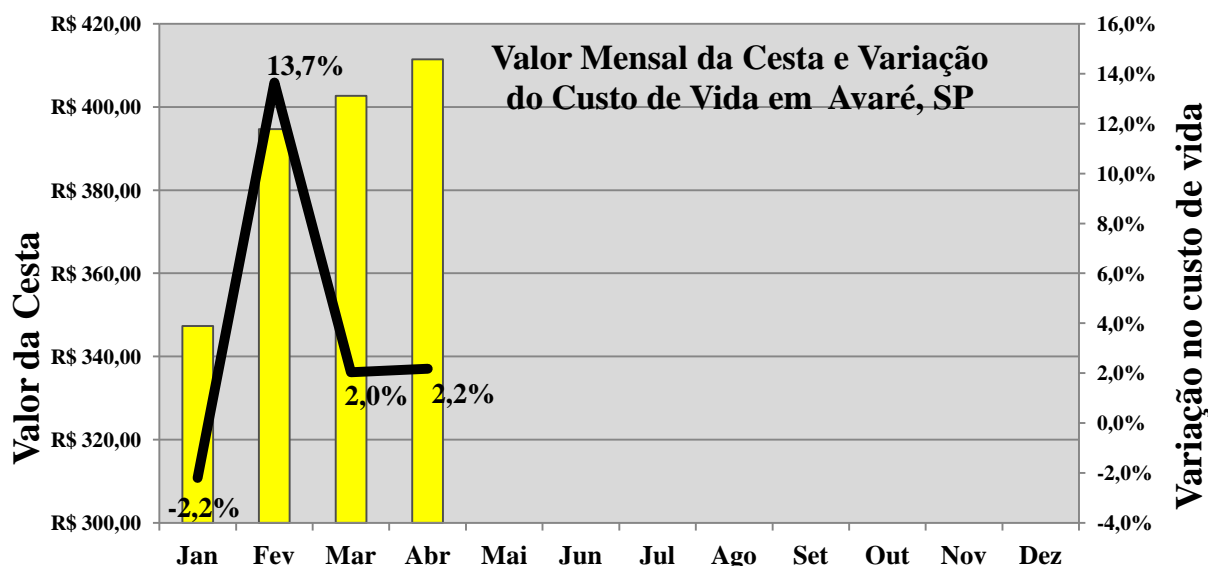
Abril 2019 = 2,17%

Acumulado 2019 = 15,87%

Em comparação com o mês anterior, o **ICV UniFSP** de Abril de 2019 registrou um aumento de **2,17%** no valor da cesta básica da cidade de Avaré, que passou a valer **R\$ 411,45** contra R\$ 402,71 de março. O valor de abril da cesta básica da cidade de Avaré, inclusive, foi maior que o das capitais Natal (R\$ 410,10), Salvador (R\$ 396,75) e Aracaju (R\$ 404,68).

Em abril de 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o custo do conjunto de alimentos essenciais subiu em todas as capitais brasileiras. As altas mais expressivas ocorreram em Campo Grande (10,07%), São Luís (7,10%), e Aracaju (4,94%). A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 522,05), seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 515,58) e Porto Alegre (R\$ 499,38).

Abaixo, valor da cesta e a variação mensal do custo de vida alimentar.



Em Avaré, no mês de abril de 2019, as altas mais expressivas foram nos preços da batata (15,7%) e do tomate (12,6%). A alta no preço da batata é explicada por questões climáticas (chuvas e calor intenso) no início do ano. O preço do quilo do tomate aumentou em todas as capitais entre março e abril e o fim da safra de verão explica esse aumento. Além disso, o clima chuvoso gerou baixa qualidade do fruto, o que elevou a cotação daqueles com melhor aparência. Já o feijão foi o que apresentou a maior taxa de diminuição em seu preço, possivelmente, um ajuste após várias altas consecutivas no mercado.

* A metodologia de referência é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e leva em consideração treze produtos alimentares básicos e suas respectivas quantidades os quais seriam suficientes para o sustento e bem estar mensal de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo. Esses valores foram definidos por região do Brasil e apresentados pela Lei n° 185 de 14 de Janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei n° 399 de 30 de abril de 1938, ainda em vigor.